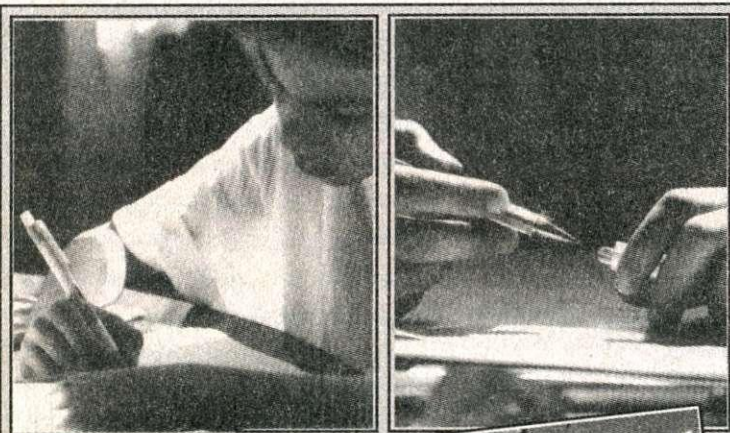


AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Licitação da Secretaria de Educação fere princípios da Ética Psicológica



Concorrência pública do Estado pretende que psicólogos façam 250 avaliações psicológicas em dois meses. Para cumprir este prazo seria necessário que o profissional trabalhasse 18 horas diárias ininterruptas. Qual seria a qualidade destas avaliações?
Págs. 8 e 9



**PSICOLOGIA
JUDICIÁRIA
E CIDADANIA**

Encontro de psicólogos e assistentes sociais judiciários tira pauta de reivindicações que será encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Pág. 7



**ESTÉTICA E
PSICOLOGIA**

A cultura contemporânea transformou o ser humano em mercadoria e o conceito de ideal confunde-se com o de virtual. Em consequência disso a psicologia está trabalhando com uma caricatura de indivíduo.

Págs. 12 e 13

RECADASTRAMENTO

O psicólogo ganha mal, mas cumpre pequena jornada de trabalho. Apenas 3% dos profissionais encontram-se bem posicionados no mercado de trabalho.

Pág. 14

Consulta Nacional

Psicólogos escolheram nova gestão do Conselho Federal em eleição por voto facultativo. Comparecimento às urnas foi abaixo do esperado. Pág. 16

ENTREVISTA

Dalka Ferrari

A psicodramatista conta de sua experiência no Núcleo de Referência às Vítimas da Violência e fala por que, a seu ver, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não foi definitivamente implantado. Págs. 3 a 5

EDITORIAL

Vamos participar desta construção

Estamos diante dos resultados das eleições Municipais e do Conselho Federal de Psicologia. É necessário, portanto, fazermos uma reflexão.

Em vários municípios no Estado de São Paulo, com a existência dos serviços de saúde, educação, assistência social, Habitação etc, voltados à comunidade, mais democráticos e pautados na defesa dos direitos fundamentais e na garantia da cidadania, a vitória dos partidos com discursos neoliberais nos coloca preocupações quanto à manutenção ou extinção dos serviços públicos básicos, restrições nas atenções primárias, gerando baixa qualidade de vida e, conseqüentemente, quanto à

restrição das atividades profissionais dos psicólogos.

Não podemos assistir ao desmonte destes serviços básicos. Devemos nos associar enquanto cidadãos aos movimentos sociais e às entidades representativas e criar condições de manifestações de alerta a comunidade quanto aos prejuízos gerados. Já temos a realidade do PAS no município de São Paulo que começa, agora, a "estourar" sua ineficiência e seu caráter eleitoral. Não nos referimos aqui aos tão esperados desvios de verbas, mas sim ao não atendimento global do indivíduo.

Neste ano conseguimos realizar a Consulta Nacional para eleição da gestão 96/98 do Conselho Federal de Psicologia. Infelizmente não conseguimos a

representatividade que esperávamos. Somente 15% da categoria compareceu às urnas ou enviou o voto por correspondência. Embora acreditemos que esta nova concepção político-administrativa não esteja em questão, a partir desta baixa adesão acabamos por pensar na necessidade de estabelecer, de fato, uma maior compreensão da importância do comparecimento e manifestação dos psicólogos nesta nova ordem.

Será que estamos fora desta nova ordem ou, mesmo dentro da globalização ainda conseguiremos recuperar as subjetividades perdidas, tão necessárias ao crescimento do sujeito num campo ético, com autonomia, equidade e alteridade?

Sem dúvida, estamos preocupados com que nossas ações estejam coerentes com as necessidades de nossa categoria, embora fique estampada, na subjetividade de cada um, a influência da concepção neoliberalista que pressupõe um sujeito individualista, egocentrado e desarticulado de seu meio.

Neste sentido, elegemos como prioridade para o ano de 1997 a defesa das políticas públicas básicas e a avaliação psicológica, sem nos esquecermos de que estamos rumo ao III Congresso Regional da Psicologia para o qual estaremos realizando vários fóruns de discussão do exercício profissional e da formação como eventos preparatórios.

Venha, vamos participar desta construção!

CARTAS

SONHOS

No início do ano que vem irei editar, com mais duas pessoas, um jornal voltado especificamente para o estudo dos sonhos. Será em formato tablóide, com o nome provisório de "Sonhos". (...) Será um jornal de distribuição gratuita. Isso será possível graças à colaboração da equipe, que não visa lucro.

(...)

Estamos procurando artigos e trabalhos sobre sonhos. É importante frisar que a linguagem dos textos deverá ser coloquial, e não técnica, uma vez que o público-alvo é leigo. Os textos deverão ser entregues em disquetes, salvo quando for usada a internet. Meu endereço para contato é Av. do Contorno, 4.045, sala 309, bairro

São Lucas, Belo Horizonte, MG. CEP: 30110-090. Telefone: (031) 223-9044. Para envio de material pela internet o e-mail é: fnoBRE@inetminas.estaminas.com.br. Meu provedor está abreviando o próprio nome. Caso o primeiro endereço apresente algum problema, usar o seguinte: fnoBRE@net.em.com.br. Damos preferência para recebimento via internet.

Fernando Rocha Nobre
CRP-4ª Região

EXIJO RESPEITO

Causa-me espanto o tratamento oferecido por psicólogos a colegas em processos de seleção. Omitem informações,

oferecem salários muito baixos, talvez pelo conhecimento que têm das dificuldades de inserção no mercado. Fazem uma simples coleta de curriculum vitae ou submetem-nos a horas de dinâmicas, prometem conclusão rápida dos processos e, algumas vezes, nem sequer dão satisfação ou o fazem meses depois. E, quando dizem que o ocupante do cargo oferecido já foi escolhido, abre-se o jornal e lá está o mesmo anúncio, repetido.

Se entre nós não há o mínimo respeito pela profissão - para nem citar o profissional ou colega de profissão -, que reconhecimento ou valorização podemos esperar por parte da população em geral, de outros profissionais, empresas e selecionadores em geral? Ainda se pode

esperar o aumento de cargos dignos da grandeza da nossa profissão?

Gostaria de ver esse assunto discutido no Jornal do CRP, pois tenho visto muitos psicólogos se submetendo a condições absurdas de trabalho.

Leila Machado Coelho
CRP 06/42509-5

As cartas à redação devem ser enviadas datilografadas, para a sede do CRP, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - CEP 04038-004 - São Paulo - SP. Por uma questão de espaço serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

EFETIVOS: Augusto Sérgio Callile, Cláudia M. Sodré Vieira, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Erane Paladino, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, José Alberto S. Correia, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria Cristina Pellini, Nelson D'Angelo Ribeiro, Othon Vieira Neto, Rosalice Lopes, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine. **SUPLENTE:** Ana Maria R. de

Carvalho, Anita Cecília Lofrano, Armando de Freitas Pinho, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Dayse Cesar Franco Bernardi, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Leny Sato, Luiz Humberto Sivieri, Nilma Renides da Silva, Roberto Moraes Salazar e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Marcos Colen, Sérgio Braghini e José Roberto Tozoni Reis
Jornalista Responsável: Juliana Motta
Redação: Juliana Motta
Revisão: Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica: Digital Artes Com. e Edit. (011) 605-6098
Impressão: Bangraf
Tiragem: 38.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede:

Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857

ENTREVISTA

Dalka Chaves de Almeida Ferrari

Foto: Adri Felden



A importância da profilaxia

Dalka Ferrari trabalha com o tema da violência contra crianças desde 1988, quando, juntamente com outros profissionais do Instituto Sedes Sapientiae, recebeu convite de uma das idealizadoras do projeto "Rede Criança, Não à Violência" para fornecer retaguarda terapêutica para os casos que chegavam à Rede. O Departamento de Psicodrama do Sedes Sapientiae, ao qual ainda hoje pertence, teve grande interesse pelo convite, devido ao trabalho social que ele implicava.

Desde então começou a participar dos cursos de formação que aquela equipe estava proporcionando para profissionais de várias áreas de conhecimento. Seu contato com o assunto deu-se, portanto, por meio do trabalho multiprofissional, que ainda hoje defende como a melhor opção de abordagem do tema.

A experiência durou até 1993, quando ficou desaquecida. No mesmo ano a professora Maria Amélia Azevedo, uma das organizadoras do primeiro projeto, começou a rearticular as pessoas que estavam envolvidas naquela primeira etapa por intermédio dos telecursos (cursos de formação de profissionais para atuar na questão da violência doméstica) do Laboratório de Estudo da Criança (Lacri). Sua equipe passou a integrar o primeiro grupo que participou dos telecursos, hoje conhecidos por todos os profissionais da área.

Como as tarefas do curso incluíam o desenvolvimento de atividades práticas, seu grupo iniciou o trabalho do Núcleo de Referência das Vítimas da Violência, onde atua até hoje.

O Núcleo foi aos poucos tomando corpo. No início seu objetivo era fundamentalmente o atendimento. Depois

o trabalho foi se expandindo e foram criados os cursos de aperfeiçoamento. Hoje o Núcleo trabalha em parceria com a USP na formação de terapeutas.

Em seu consultório, Dalka recebeu o *Jornal do CRP* para falar de sua experiência.

CRP - Como se desenvolve a parte prática do trabalho realizado pelo Núcleo de Referência das Vítimas da Violência, ao qual a senhora pertence?

Dalka - Em nosso trabalho desenvolvemos atividades de atendimento, formação, prevenção, pesquisas, parcerias e estamos iniciando também um trabalho de profilaxia. Em termos de atendimento, estamos com aproximadamente 200 casos.

Recentemente firmamos um con-

vênio com a Unicef, que está subvencionando uma parte do atendimento porque tem interesse na criação de uma metodologia para atendimento nessa área. E também está subvencionando um projeto para que possamos criar pólos de profilaxia na cidade de São Paulo. Nossa intenção é criar pelos menos dois pólos em cada região da cidade.

Atualmente estamos trabalhando na criação do primeiro desses pólos, na favela do Jaguaré, na Zona Oeste. Nosso trabalho com a profilaxia visa a dar força para as camadas populares estarem conscientes de seus direitos e estarem ajudando também no trabalho de conscientização. Mostramos que recursos eles têm para acionar seus direitos. É uma infra-estrutura de que eles necessitam para poder estar trazendo esse tema à discussão.

Trabalhamos com educadores, coordenadores, com as pessoas que atuam em creches e nos centros da juventude da favela. Esse trabalho começou com uma sensibilização e treinamento para que essas pessoas possam funcionar como multiplicadores.

CRP - Como a senhora situa a questão da violência contra crianças e adolescentes ao longo da história? Que alterações esse tema vem sofrendo?

Dalka - Sempre houve um certo menosprezo em relação à infância. A infância passou a ser reconhecida mais ou menos depois da Idade Média. Se levantarmos as informações sobre a criança em obras de arte, vamos ver que o tema sempre existiu, mas muito restrito e não muito explorado. A criança sempre foi criada para obedecer, não ter voz, ser sempre subjugada ao poder do adulto. Isso vem de uma história que associa a criança com a situação do escravo. Sempre tratada como objeto, não dona de si mesma, e necessitando sempre de um amor.

Nesse contexto, a questão da violência doméstica sempre esteve presente nas relações familiares. Mas era um tema muito temido. Sempre foi escondido e fazia parte de um complô de silêncio. As famílias não denunciavam os casos e ficavam sofrendo dentro de quatro paredes.

A PSICODRAMATISTA FALA DE SEU TRABALHO COM CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E DEFENDE AS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS COMO A MELHOR FORMA DE TRABALHO PELA RECONSTRUÇÃO SOCIAL

"A violência sempre esteve presente nas relações familiares. Mas as famílias não denunciavam os casos"

ENTREVISTA

"É preciso haver um movimento das prefeituras para que o ECA seja definitivamente implantado"

Até que, nessas últimas décadas, em função de toda uma mobilização social, de discussões em nível internacional e da criação de entidades defensoras dos direitos humanos, começou a haver um movimento de se valorizar a criança como ser independente do adulto, que poderia ter voz, que poderia ter seus direitos. E hoje estamos chegando a um conceito de familiaridade que favorece mais a criança, já existem leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nossas análises indicam que, embora a violência sempre tenha existido, atualmente as pessoas estão mais informadas. Estão tendo informações sobre onde buscar ajuda, como fazer as suas denúncias e por isso dá a impressão de que agora o tema está muito em evidência. As crianças de hoje estão se informando. Nesse trabalho que fazemos na favela, as mães comentam que se alguém bate num filho eles dizem que vão denunciar. A conscientização dos direitos está começando a criar uma situação cultural diferente hoje.

CRP - Sempre que se ouve falar em trabalhos de defesa da criança, ouve-se muito a respeito da questão das informações sobre seus direitos. De que maneira, na formação desses cidadãos, é abordada a questão dos deveres?

Dalka - As duas coisas têm que caminhar juntas, para que não fiquemos dando apenas a visão parcial da situação. Existe a questão social, a questão das regras, o que compete a cada um, onde começam os direitos e deveres, enfim, a responsabilidade de cada um nessa reconstrução social.

Temos folders e cartilhas que estão sendo veiculados em que falamos numa linguagem popular sobre o tema da violência. Temos sentido que isso é importante. Mas a questão do dever não se transmite apenas nesses trabalhos setoriais, mas deve ser realizado também por meio da mídia. Passar a mensagem que as pessoas têm que tomar consciência dos dois lados. Há exemplos de cartilhas muito boas em outros países, como a Colômbia. Vai-se falando em linguagem simples e, por meio de desenhos, dando uma idéia dos vá-

rios lados da questão.

É preciso atuar nos vários níveis com as pessoas. Quando você vai para a camada mais popular não dá para chegar com o jargão psicológico. É preciso decodificar a linguagem. É importante, por exemplo, explicar para os pais que os técnicos não podem estar ensinando e eles se eximindo de qualquer papel. Temos um folheto que fala nos 10 passos em direção a uma melhor relação com crianças e adolescentes.

Temos que partir dos valores culturais deles para depois ir colocando a questão da conscientização do que cabe a eles enquanto cidadãos para poder estar se defendendo, para saber como se defender, mas também o que compete a eles enquanto educadores e pais. Às vezes isso não está claro para eles. Essa conceitualização passa tanto pelo lado de que eles têm que estar munidos para a defesa de seus direitos, mas também quanto aos seus deveres, o que lhes compete estar fazendo.

CRP - Sua inserção nesse tema se deu por volta de 1988. E a inserção da psicologia, quando se deu? A senhora tem conhecimento de movimentos que tenham sido realizados anteriormente ao que vocês desenvolvem?

Dalka - Penso que o grupo precursor é o Centro de Reabilitação e Assistência à Infância (Crami) de Campinas. Eles têm uma continuidade no trabalho, sem a interrupção que houve em São Paulo. E hoje estão expandindo seu trabalho por outras cidades do interior. É um serviço bastante organizado. Quem primeiro agilizou esse tipo de trabalho foi o Hélio de Oliveira Santos.

Mas creio que havia em São Paulo, ainda que de forma autônoma e independente, pessoas que se interessavam pelo tema. São aqueles que formaram a equipe que estudou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lembro-me de que, nessa fase em que as pessoas ainda não estavam agrupadas em movimentos organizados como hoje, houve um movimento muito grande de algumas pessoas. Conseguiram até mesmo trazer para o Brasil o VII Congresso Internacional de Vio-

lência Doméstica, que aconteceu no Rio de Janeiro. E houve também movimentos em muitos municípios. Em Recife, por exemplo, há um trabalho que não é tão recente, da Casa de Passagem. No Sul também parece que já havia algum trabalho. Quer dizer, havia iniciativas isoladas, mas o que gerou a união em torno do tema foi o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CRP - Por que, então, o ECA ainda não foi definitivamente implantado?

Dalka - Infelizmente temos caído em problemas políticos. O pontapé inicial para que o ECA funcione numa cidade depende muito da prefeitura, porque não é mais da alçada do Estado a sua implantação. É preciso haver um movimento das prefeituras para organizar programas e projetos e daí a aprovação depende do governo federal. É aí que o ECA esbarra.

Onde ele não está sendo implantado? Em cidades em que as prefeituras, o Estado e o governo federal não têm a mesma política. Em municípios em que há parceria de gestão municipal e federal ele está implantado e muito bem.

Mas é bom lembrar que a implantação do ECA depende de mobilização da sociedade junto com a prefeitura para poder formar os programas e enviar para o governo federal. Um bom exemplo é São José dos Campos, onde a experiência está sendo fantástica. Já em São Paulo o ECA não está vingando por questão de guerras políticas.

Agora, eu acho que depende muito da pressão social para que se cobre isso das prefeituras. Estamos iniciando algumas parcerias no sentido de provocar essa mobilização. Um bom exemplo são os fóruns que estão se formando e que deverão acontecer no dia 10 de cada mês. Esses fóruns são uma iniciativa de vários organismos que se juntaram para debater a questão da violência e que pretendem ampliar a mobilização que já existe, tornando o cidadão cada vez mais consciente da questão da violência e facilitando sua participação.

CRP - A grande marca que o Estatuto coloca na situação da criança e do adolescente é exatamente o fato de dar a esse segmento o tratamento de cidadãos portadores de direito. Como a psicologia pode se inserir nesse trabalho, sem se limitar a abordar apenas as questões da patologia? Como psicologia e política se encontram no trabalho de combate à violência?

Dalka - Sinto que uma boa entrada para esse trabalho é por meio da educação. Acredito que cabe ao profissional da psicologia traduzir o que é psicológico para situações mais do dia-a-dia. Um bom exemplo de trabalho em que as pessoas não ficam voltadas só para as patologias, mas para uma construção de relações sociais maiores, é a realização de vivências com pais e filhos na escola. Ao começarem a construir juntos uma atividade, a criança tem a chance de ver os pais aprendendo, num clima lúdico em que se estabelece um tipo de troca diferente da relação violenta do dia-a-dia.

Pode-se trabalhar com tarefas de construção social em que a criança veja os pais saindo do papel que é conflitivo na relação de poder. Tarefas em que eles possam aprender com outros pais e trocar com outras crianças. Ajudar a escola a construir uma horta, por exemplo. Vejo que, se tiver um monitoramento de educadores e psicólogos, dá para traduzir o lado psicológico das relações, que às vezes fica muito focado na patologia, para uma coisa mais saudável.

É fazer um trabalho voltado para novas formas de relação humana, para novas formas de vida e levar para essa população outras formas de expressão, que aí se associam também a coisas de arte, teatro. Em situações educacionais você tem o ponto de união, onde as pessoas se congregam. Um trabalho mais amplo, profilático, realmente deve ser desenvolvido por meio de comunidades de bairros ou de escolas. Não tem como estar se inserindo somente enquanto profissional. Mas acho que, além da boa vontade dos profissionais, é necessário ter retaguarda política. Senão você não consegue uma inserção maior.

CRP - Mas o modelo neoliberal a que estamos submetidos hoje no Brasil investe cada dia menos em políticas públicas. Como é possível enfrentar esse tipo de impasse?

Dalka - Se os governos não se estruturarem para ter financiamentos e verbas para isso aí, não se vai fazer nada. Existe uma boa vontade da população de estar criando saídas. Teria que ter uma forma de entrada de uma construção mais coletiva. Mesmo que se desenvol-

"Precisamos fazer um trabalho voltado para novas formas de relação humana, para outras formas de expressão"

ENTREVISTA

vam projetos por meio de parcerias, os governos é que têm de gerenciar isso. Porque você vê muitas iniciativas que ficam em nível de focos particulares. Muitas questões não podem ser gerenciadas pela sociedade sozinha. O governo tem que estar junto.

Nós do Núcleo de Referência trabalhamos muito com as Varas da Infância e Juventude, Casas-abrigo, Centros de Saúde. O que se vê é que as famílias substitutas, as casas das quais as crianças podem usufruir quando a situação de violência é muito grande nos seus lares, são muito transitórias. Há que se realizar todo um trabalho para melhorar as relações, para oferecer condições para que essa família possa ser tratada e reabsorver essa perda muito grande. Você vê que as Casas-abrigo têm um tempo limitado para a permanência das crianças. Eu não vejo o governo se eximindo dessa responsabilidade de ter uma infra-estrutura de opções, mesmo que seja temporária.

Quando vemos instituições particulares fazendo isso, e nesse modelo neoliberal com muito dinheiro e em situações de creches mantidas por financiamentos estrangeiros, infelizmente pode-se chegar até ao nível de um comércio de crianças. Há situações em que as crianças ficam nas instituições particulares por pouco tempo e acabam indo para adoções internacionais. Vai para um outro campo tão terrível que, mesmo que o governo seja menos equipado, pelo menos pode garantir que as coisas se resolvam por aqui. A perda dos valores familiares é quase total quando ela vai para uma instituição que é muito bem equipada, mas que está visando outras coisas.

CRP - Embora não haja estatísticas no que diz respeito à violência doméstica, pelos estudos já realizados quais são os principais agentes agressores de crianças e adolescentes?

Dalka - Em termos de violência doméstica, infelizmente pai biológico acaba ficando como o maior agressor. A violência sexual e física são da figura paterna e a violência física é da mãe. Não temos um caso registrado de mãe agressora sexual. E a violência sexual acaba representando quase a metade dos casos.

CRP - Numa classificação de tipos, o que vocês consideram como violência psicológica?

Dalka - A violência psicológica seriam os casos em que existe situação de negligência, descuido, em que a criança assiste a cenas de violência. A agressão física ou sexual não está acontecendo com ela diretamente, mas ela está presente quando a mãe está espancando o bebê até a morte, ou quando o pai, alcoolizado, estupra a mãe. Esse tipo de violência também aparece em índices bastante significativos.

CRP - Em presídios ouve-se muito que os agressores de hoje geralmente foram crianças vitimadas. Essa informação se confirma em seu trabalho?

Dalka - Sim. Em todos os casos que estão em atendimento atualmente, e de crianças para que se possa evitar que isso aconteça. Nesse aspecto a terapia é preventiva também. Estamos trabalhando no sentido de que essas crianças não se transformem em novos agressores.

Às vezes há casais em atendimento que estão em processo de denúncias, brigas entre eles e nota-se a necessidade que eles têm de alguém de fora estar interferindo nessa relação, que está muito doentia, e eles realmente pedindo ajuda para não entrar naquele ciclo de violência que também já vivenciaram. Os depoimentos são muito fortes.

Há também a questão do foco. O agressor sempre elege alguém com quem tenha uma coisa projetiva, uma situação não resolvida de sua própria vida.

CRP - Os agressores comumente reincidem na agressão?

Dalka - Sim. Se não se fizer um controle, uma nova inserção social, de assistência social. E também é necessário que as escolas estejam atentas a como essas crianças chegam dessas famílias. Caso contrário há o risco de ocorrerem novas agressões e ninguém ficar sabendo.

"O que dá para tirarmos de saudável dessa situação é que o trabalho em equipe é mais ágil e vai mais rápido"

CRP - Quando a senhora coloca a questão da reincidência, podemos fazer a inferência de que a abordagem psicológica dos casos não é suficiente, já que não toca na questão social que os perpassa. Como é possível fazer uma abordagem das condicionantes sociais desse tipo de casos?

Dalka - O ideal é que o trabalho pegue todos os lados da questão. É por isso que focalizamos os casos do ponto de vista bem amplo, com uma equipe interdisciplinar atuando. Em nosso grupo temos assistentes sociais que fazem essa retaguarda. É preciso avaliar a reinserção. Como é que uma família fica, por exemplo, quando o agressor está preso, mas era ele a fonte são elas quem podem ter. Imagine uma pessoa que nunca trabalhou. De repente o marido está preso e ela tem que estruturar uma profissão. É necessária muita ajuda, não só do profissional, mas também em nível de comunidade, de bairro, de vizinhos. É necessária também uma assessoria jurídica para essas questões. Todas as assessorias têm que ser vistas, para que essa família tenha uma reinserção em todos os níveis, porque não adianta ficar lá só trabalhando a questão emocional da criança que foi agredida e a família estar um caos, sem ter o que comer.

CRP - Normalmente as pessoas ficam muito voltadas para a questão da violência física, doméstica. Mas esquecem de outros tipos de violência, como a violência institucional. Na incursão da psicologia pela justiça, por exemplo, há uma certa dificuldade de acomodação. Psicologia e direito correm em paralelo na mesma questão. E dificilmente convergem. A justiça tem um discurso eminentemente punitivo e objetivo e a psicologia entra com um discurso subjetivo, que leva em conta outro

"É preciso avaliar a reinserção. Por isso, focalizamos os casos de um ponto de vista bem amplo"

tipo de dinamismo. Por isso, quando o psicólogo tem que se colocar diante da questão da avaliação psicológica, muitas vezes ele fica fragilizado. Em sua opinião, que tipo de orientação o Conselho pode estar oferecendo a esses profissionais?

Dalka - Quando o psicólogo depara terapêutico. Ele sai desse contexto para uma causa mais social. Nesse momento ele está entrando numa outra inserção, que é traduzir para essa pessoa uma questão de condição mínima de vida. Ele está entrando numa prática do dia-a-dia de realidade. Ele deixou de estar só num contexto privado. E aí realmente tem as consequências disso, porque o vínculo passa a se ampliar.

Acho que realmente não dá para o psicólogo fazer isso sozinho. É aí que vejo a questão da multidisciplinaridade. Ele tem que ter parceiros. Penso que o que dá para tirarmos de saudável dessa situação é que o trabalho feito em equipe, nesta hora, é mais ágil, vai mais rápido e divide as responsabilidades dessas áreas. Eu não vejo o psicólogo entrando no setor da justiça e batalhando quase como um advogado. Acho que isso não tem sentido. Existe uma especialidade para isso. Então nessa hora realmente tem que ter o advogado da criança, do adolescente, que dê assessorias. Acredito que mesmo do consultório é possível estar acionando esses parceiros. E fazendo com que as pessoas se encaminhem por setores próprios para isso.

CRP - Por tudo o que a senhora falou, podemos afirmar que a possibilidade de compreensão dessas questões não se esgota no saber da psicologia?

Dalka - Realmente eu sinto hoje uma necessidade de estar fazendo essa ampliação com parceiros na questão da interdisciplinaridade e aí você tem um diagnóstico realmente muito mais vivo da família como um todo, da situação social dessa família, das possibilidades de reinserção desses membros.



Vistoria condena proposta terapêutica do Instituto de Psiquiatria do HC

A Comissão mista formada pelos Conselhos Regionais de Psicologia, Serviço Social, Farmácia e Medicina realizou, no último mês de outubro, nova vistoria no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas. Segundo informações do conselheiro do CRP, Floriano Nuno de Barros Filho, "embora o hospital tenha melhorado as acomodações físicas de seus pacientes, continua com proposta terapêutica ultrapassada, com ênfase medicamentosa". Ainda segundo Barros Filho, o HC continua seguindo a lógica da exclusão, atualmente condenada por especialistas em saúde mental em todo o mundo.

Segundo o conselheiro, desde que a comissão fez a última visita ao Instituto de Psiquiatria do HC, em junho

de 1994, as maiores alterações feitas no hospital foram quanto às acomodações físicas da enfermagem infantil. O conselheiro do CRP informou também que uma grande vitória conseguida pelas vistorias periódicas, que inicialmente eram realizadas pelo Estado, é que hoje o Instituto só internar crianças com acompanhantes, pais ou parentes, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. "Foi uma vitória, mas não podemos avaliar isso como um avanço na perspectiva do tratamento, já que a internação não é medida recomendada hoje em dia. A proposta terapêutica do HC não é boa e não podemos nos calar", disse. Ele explicou que a recomendação atual é que as crianças sejam atendidas na pediatria e não

na unidade de psiquiatria.

Já em visitas anteriores à instituição (dezembro/93 e junho/94), foi encontrada uma série de irregularidades. Uma delas foi a presença de trancas nas portas dos quartos dos pacientes na ala adulta (feminina e masculina) e na ala infantil. Embora o hospital tenha sido notificado por causa disso, as trancas continuam nas portas. "O uso de trancas nas portas é proibida pela portaria 407 do Ministério da Saúde. Somente isso seria motivo suficiente para descredenciar o Instituto junto ao SUS. Eles dizem que não trancam as portas, mas insistem em mantê-las com trancas, o que é, no mínimo, suspeito", disse Barros Filho.

Outra irregularidade apontada por Barros Filho foi a falta de atendimento

multiprofissional. Os psicólogos atuam com avaliação psicodiagnóstica, mas não participam da elaboração de programas e projetos. O conselheiro do CRP disse ainda que o Centro de Reabilitação recentemente instalado no HC é a única unidade em que foi encontrado trabalho multiprofissional.

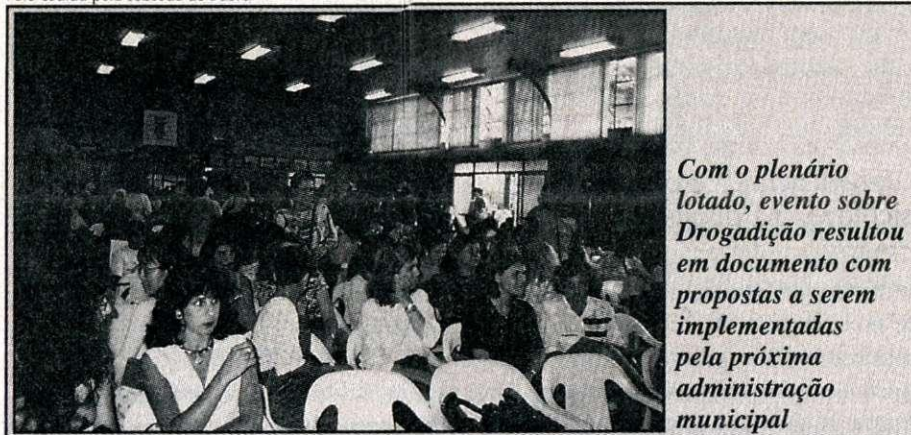
As irregularidades encontradas no Instituto de Psiquiatria do HC foram descritas em relatórios dos Conselhos de psicologia e farmácia. Esses relatórios deverão ser encaminhados à Secretaria de Estado da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, deputado estadual Roberto Golveia e outros organismos comprometidos com a qualidade do atendimento de saúde mental.

Comissão de Bauru entrega proposta a prefeito eleito

A Comissão de Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica do Conselho Municipal de Saúde de Bauru fará a entrega ao prefeito eleito para o município, Antônio Izzo Filho, de documento contendo propostas de implementação de políticas públicas voltadas ao problema da drogadição em crianças e adolescentes. O documento é o resultado do *I Encontro de Drogadição em Crianças e Adolescentes - Rumos e Perspectivas*, realizado em outubro, e contém propostas para as áreas de atenção comunitária, primária, secundária e terciária do município, conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo informações da representante do Conselho Regional de Psicologia junto à comissão, Nilma Renildes da Silva, para a elaboração do documento partiu-se das diretrizes aprovadas no encontro, segundo as quais deverão ser traçadas ações de curto, médio e longo prazo, contribuindo para a implementação de ações preventivas e educativas, além do tratamento pro-

Foto cedida pela subsele de Bauru



Com o plenário lotado, evento sobre Drogadição resultou em documento com propostas a serem implementadas pela próxima administração municipal

priamente dito. São decisões que referendam as propostas aprovadas na II Conferência Municipal de Saúde, realizada em 1994, quando se deliberou a necessidade de implementação de ações na área de saúde mental. "É necessário implementar serviços em todos os níveis e precisamos criar a possibilidade de realização de diagnóstico biopsicossocial para as crianças e adolescentes vítimas da drogadição", disse a conselheira do CRP-06.

Entre as ações propostas pela comissão estão incluídas as seguintes:

trabalho com família e comunidade, programas sócio-educativos, apoio e socialização das vítimas de drogadição (para a área de atenção comunitária); trabalho com equipe mínima que inclua psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, formação de agentes e implantação de centros de convivência (para a área de atenção primária); trabalho em equipe multiprofissional, encaminhamento de casos que podem ser acompanhados na atenção comunitária, primária e terciária, elaboração de programas sócio-educativos (atenção secundá-

ria); e internação no hospital geral na área de atenção terciária.

Desde a realização do encontro, a Comissão de Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica continua se reunindo e, além das propostas que serão entregues ao prefeito eleito, já está trabalhando na proposta de criação de leitos em hospitais gerais para tratamento de drogadição e dependência. "O problema de drogadição tem que ser incluído num contexto maior e não pode ser atacado isoladamente", disse Nilma. Ela explicou também que o problema requer iniciativas imediatas, já que, segundo dados de pesquisa realizada pelo Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, em 1989, entre estudantes de 1º e 2º graus de escolas públicas de Bauru, de 811 sujeitos entrevistados 26,4% fizeram uso de drogas pelo menos uma vez na vida e 3,1% fazem uso freqüente. Além disso são constantes as denúncias feitas pela mídia, mostrando um possível crescimento generalizado do uso de substâncias psicoativas entre crianças e adolescentes das camadas populares.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Encontro tira pauta de reivindicações para Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Foto: Adri Felden



Mesa de abertura do evento: da esq. para a dir. Sidnei Celso Corocine (pres. CRP), Dayse Bernardi (pres. AASPT-SP), Antônio Luiz Ribeiro Machado (repres. do T.J.), Dirceu de Mello (vice-pres. do T.J.), José Roberto Neves Amorim (repres. do corregedor geral da Justiça), José Walter Canoas (pres. do CRESS) e Nilce Battelli de Mello (vice-pres. da AASPT-SP)

Os psicólogos e assistentes sociais judiciários do Estado de São Paulo pretendem desenvolver vários projetos em parceria, envolvendo todos os setores que atuam no setor da justiça, incluindo também os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares da Infância e da Juventude. Essa é uma das conclusões a que chegaram os 240 participantes do “*Encontro Serviço Social, Psicologia Judiciária e Cidadania*”, que aconteceu nos dias 29 e 30 de novembro, em São Paulo. O evento, considerado um marco na história da organização de psicólogos e assistentes sociais judiciários, foi uma iniciativa conjunta do Conselho Regional de Psicologia (CRP), Conselho Regional de Serviço Social (Cress) e Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP). Os resultados serão encaminhados ao Conselho Superior de Magistratura do Estado de São Paulo (instância máxima de decisão do Tribunal de Justiça) e à Corregedoria-Geral da Justiça.

Durante os dois dias em que estiveram reunidos, os profissionais fizeram uma reflexão conjunta de sua prática e dos pressupostos que devem embasar sua atuação. Na avaliação da presidente da AASPTJ, Dayse Bernardi, um dos grandes avanços registrados foi que as análises dos profissionais presentes não se limitaram a uma abordagem técnica ou jurídica das questões, mas se deram a partir das perspectivas éticas e políticas da prática da psicologia e da assistência social no setor da justiça.

Na opinião da assistente social Ana Lúcia André, do Fórum da Comarca de Registro, a impor-tância

fundamental do evento foi que, pela primeira vez, as conclusões serão organizadas em um documento a ser encaminhado ao Tribunal de Justiça e as decisões deverão ser implementadas em conjunto pelos segmentos envolvidos no setor da justiça. Ana Lúcia ressaltou, também, a importância da participação dos psicólogos na discussão, já que a categoria vem acumulando experiências desde que teve início a realização dos Congressos Regionais e Nacional da Psicologia. “O fato de os psicólogos já terem realizado seus Congressos teve grande influência nas discussões desse evento”, avaliou.

Ao final do encontro, os participantes tiraram conclusões de cunho político, institucional e técnico. Foram tiradas moções contra o sucateamento dos serviços públicos de atendimento à criança e ao adolescente e pela implantação definitiva do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os profissionais consideram que a justiça da infância ainda não é vista com todo o rigor e a seriedade que requer. Decidiu-se

então pela necessidade de dar continuidade ao trabalho político que já vem sendo desenvolvido pelas duas categorias profissionais para reverter essa situação.

Também estarão incluídas no documento a ser entregue às autoridades judiciais reivindicações quanto à necessidade de que haja uma reciclagem permanente para os técnicos do Tribunal de Justiça e da elaboração de um plano de carreira para os funcionários. Para otimização e qualificação do trabalho, será solicitado ao Tribunal de Justiça que o número de profissionais em cada comarca seja decidido em função de uma análise de demanda. Atualmente essa avaliação não é feita, não havendo, portanto, critérios técnicos que fundamentem a lotação de pessoal em cada comarca. Ainda de acordo com o documento, os psicólogos deverão também estar lotados em todas as comarcas. Hoje só há psicólogos lotados nas comarcas-sede.

Outra questão discutida pelos profissionais do Tribunal de Justiça

foi a necessidade de atendimento a funcionários do Poder Judiciário. A justificativa para essa iniciativa é a enorme demanda de atendimento aos próprios funcionários existente. Embora já exista um programa desse tipo em São Paulo, que funciona com sucesso, nunca foi realizado concurso específico para preenchimento de vagas. Os profissionais querem fortalecer a Equipe. O plenário reivindicou também programas atualizados de capacitação e treinamento para os Assistentes Sociais e Psicólogos Judiciários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Outra reivindicação que deverá constar do documento diz respeito a se buscar novas formas de registrar o trabalho desenvolvido pelo setor técnico. Embora o Tribunal já disponha de registros estatísticos, os participantes do encontro acreditam que é necessário buscar novos indicativos que dêem conta da vertente qualitativa do trabalho desenvolvido pelos profissionais, mostrando a natureza da intervenção que é realizada.

Na conclusão de Natalina Ribeiro, agente fiscal do Cress presente ao evento, “é fundamental que consigamos mudar o enfoque que a instituição tem do usuário, para fazer valer os instrumentos políticos de que a sociedade dispõe. Foi importante conseguirmos desenvolver esse evento conjunto pelas três entidades e acho que a continuidade de nosso movimento depende de que, cada vez mais, consigamos superar posturas corporativistas e entender a instituição e qual o projeto que oferece à população”. Foi exatamente para isso que psicólogos e assistentes sociais demonstraram disposição na realização do evento.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

CRP questiona licitação da Secretaria de Educação



O Conselho Regional de Psicologia está questionando licitação aberta no mês de novembro pela Secretaria Estadual de Educação com a finalidade de contratar serviços para realização de avaliação psicológica em alunos da rede pública de ensino e encaminhamento para classes especiais. Tanto o plenário do CRP quanto os membros do Projeto Educação e Saúde (PES), em funcionamento desde a realização do evento de classes especiais, no final do ano passado, entendem que essa forma de contratação é prejudicial ao psicólogo, ao aluno e às escolas. Segundo informações da conselheira do CRP-06 e coordenadora do Projeto Educação e Saúde, Cristina Pellini, os moldes em que foi realizada a licitação contrariam os preceitos éticos e técnicos que os psicólogos devem seguir ao fazer as avaliações.

A primeira questão levantada pelo CRP e pelo PES é a modalidade de concorrência utilizada pelo Estado, que levou em consideração apenas os preços das propostas apresentadas para escolher o vencedor. Segundo o assessor jurídico do CRP, Paulo Márcio

Müller Martins, “uma licitação que pretende contratar serviços técnicos não pode considerar apenas o quesito preço, como foi o caso desta concorrência”. “A Lei de Licitações 8.666/93 tem uma modalidade em que considera o menor preço, mas também a melhor técnica, que é a que deveria ter sido utilizada para contratar serviços psicológicos”, ressalta.

Além disso, os psicólogos também estão questionando o prazo para a realização das avaliações. Segundo o texto da licitação, os vencedores deverão executar a avaliação em 250 crianças num prazo de dois meses. Segundo cálculos do Projeto Educação e Saúde, para um único profissional realizar todas essas avaliações no prazo estipulado, já que a licitação per-

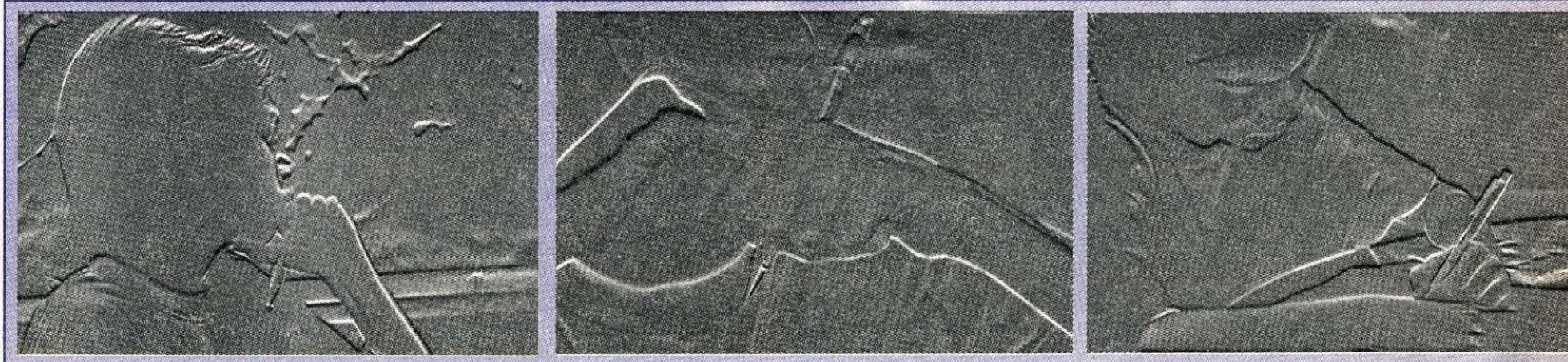
mitia a participação de pessoa física, seria necessário que trabalhasse 18 horas diárias ininterruptas, o que, obviamente, é impossível.

Cristina explica que, considerando-se que cada criança deve passar por no mínimo quatro sessões (por exigência do próprio edital), seriam feitos 1.000 atendimentos ao final de dois meses. Levando-se em conta, ainda, que o mês tem em torno de 25 dias úteis e o tempo médio de atendimento é de 50 minutos, seriam necessários 20 atendimentos por dia para que as 250 crianças estivessem “avaliadas” ao final do prazo do serviço. “Qual será a qualidade desse serviço?”, pergunta a conselheira do CRP.

A questão dos prazos, por sinal, já vem sendo questionada pelo

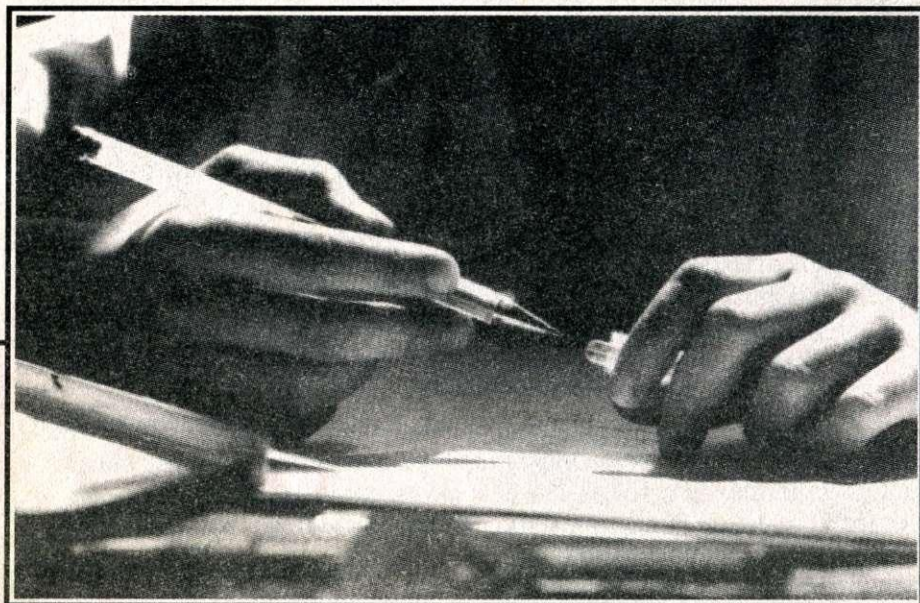
Conselho desde o ano passado. O procedimento usual do Estado é fazer a liberação da verba para que as delegacias de ensino abram o processo licitatório nos últimos meses do ano. Como as avaliações têm por objetivo o encaminhamento dos alunos no início do ano letivo, os profissionais não têm tempo hábil para proceder a um estudo minucioso de cada caso. Segundo a vice-presidente do CRP, Maria Costantini, enquanto não se tem critérios mais minuciosos e abrangentes para as avaliações e já que a lei manda que o serviço passe por concorrência pública, a liberação de verbas com maior antecedência, pelo menos, teria o efeito de abrandar o comprometimento da qualidade do serviço, pois os profissionais teriam mais tempo para trabalhar com as crianças.

A conselheira explicou que o Conselho e o Projeto Educação e Saúde ficaram surpresos com a realização da licitação deste ano, porque esta atitude contraria entendimentos anteriores mantidos entre CRP e Secretaria. “Tivemos uma reunião com técnicos da Secretaria de Educação quando iniciamos o Projeto Educação e



AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Fotos: Adri Felden



Saúde e a primeira providência que solicitamos foi justamente que a verba para a licitação fosse liberada no meio do ano, para que os profissionais tivessem tempo hábil para trabalhar. Naquele momento sentimos interesse das pessoas em atender nossa reivindicação, mas com a abertura recente das licitações percebemos que novamente a verba foi liberada sem a preocupação de se garantir um mínimo de qualidade nos serviços."

ÉTICA

Mas a falta de critérios adequados para a realização de licitações é apenas uma das interrogações que rondam essa que é considerada uma das áreas mais controversas do exercício profissional do psicólogo. Embora se saiba que a legislação exige que o Estado realize licitações para a contratação de serviços de que não dispõe em seus quadros, no entanto nem sempre a Secretaria de Educação necessitou terceirizar serviços da importância dos que são prestados pelo psicólogo. Até 1987, havia outra lógica regendo a atenção que a esfera pública deve dispensar aos seus alu-

nos. A Secretaria de Educação dispunha de um setor denominado Departamento de Assistência ao Escolar (DAE), composto por profissionais de várias áreas (psicólogos, médicos, fonoaudiólogos, dentistas etc.), destinado a prestar atendimento multiprofissional aos alunos.

Ou seja, além de todos os problemas de qualidade implícitos na abertura de licitação para a realização de serviços como o de avaliação psicológica, por trás da questão há ainda uma outra, mais grave: a falta de acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. Na opinião da presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, Fátima França, esse tipo de licitação vem apenas corroborar o desmonte dos serviços e políticas públicas. "O Sindicato mantém firme sua posição de defesa dos concursos públicos, conforme manda a Constituição de 1988. Somos contra a terceirização de qualquer serviço público, principalmente da avaliação psicológica, pois entendemos que mais importante que a elaboração do laudo é o acompa-

mento permanente que a criança deve receber ao longo do curso", declarou a psicóloga.

O assunto não é novo. A proposta do Conselho é que os critérios utilizados nas avaliações sejam revistos e que no processo de avaliação sejam considerados aspectos como as motivações da solicitação, as determinantes sociais que podem causar dificuldades de aprendizagem, para citar apenas alguns exemplos.

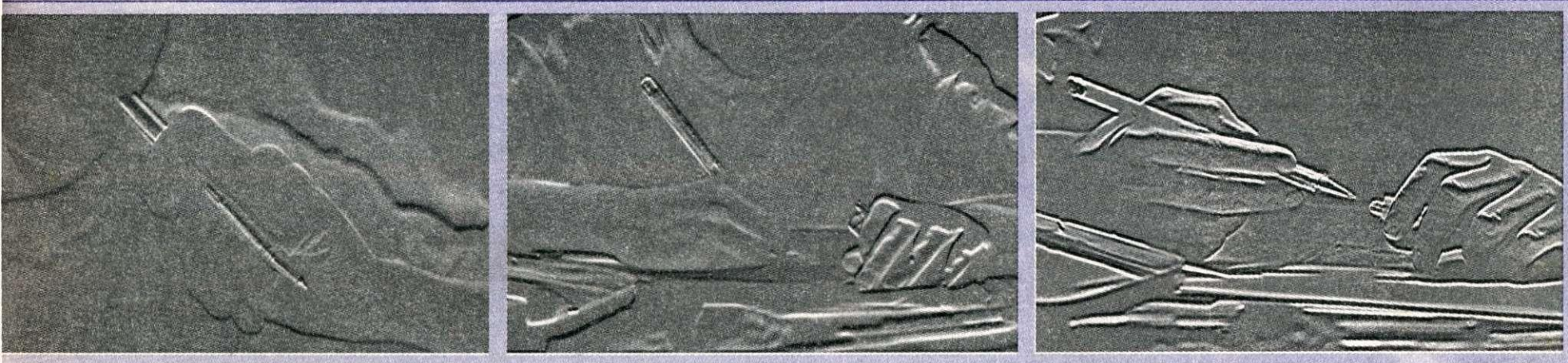
Mas também nesse aspecto a licitação é falha e esbarra nas questões éticas do exercício profissional. Segundo o edital, "os pareceres, bem como os relatórios finais, deverão ser entregues ao diretor da escola à qual pertença o aluno". De acordo com informações de Carlos Danião coordenador da Comissão Gestora de Campinas e membro do Projeto Educação e Saúde, esse procedimento contraria os artigos 3º, 6º, 22º e 24º do Código de Ética Profissional, que garantem ao sujeito avaliado ou, no caso de crianças e adolescentes, aos seus responsáveis, e unicamente a eles, os direitos aos resultados e informações resultantes de quaisquer procedimentos psicológicos por que tenham passado.

Como se tudo isso não bastasse, segundo informações de Cristina, no edital não há nenhuma referência aos critérios utilizados para o pedido de avaliação e encaminhamento das crianças. "Em vez disso, há uma reiteração dos preconceitos que rondam as crianças, pois o texto diz: 'A presente licitação tem por objetivo a contratação de serviços de avaliação em alunos com suspeita de deficiência mental', ou seja, isenta a escola de responsabilidades e focaliza mais uma vez o fracasso escolar como um problema exclusivo da criança." O Jornal do CRP procurou, mais de uma vez, os responsáveis pela licita-

ção na Coordenadoria da Região Metropolitana da Grande São Paulo (Cogesp), para solicitar esclarecimentos a todas as dúvidas que o Conselho está levantando, por meio da assessoria de imprensa da Secretaria de Estado de Educação, mas até o fechamento desta edição não obteve resposta.

Ao que se sabe, até agora, a Coordenadoria do Ensino do Interior (CEI) não fez uso da verba destinada para as licitações. O que o Conselho gostaria de esclarecer para a categoria é o motivo pelo qual o mesmo procedimento não foi adotado pela Cogesp.

Mas enquanto as negociações em torno de novas regras para a avaliação psicológica não chegam ao fim, a assessoria jurídica do Conselho está estudando a melhor maneira de garantir que, caso novas licitações sejam abertas, a qualidade do serviço do psicólogo e o aluno não fiquem prejudicados. Por seu turno, o Projeto Educação e Saúde também continua com suas reuniões quinzenais, às quartas-feiras de manhã, na sede do CRP, em busca de soluções adequadas para a avaliação psicológica. No momento, os profissionais do PES estão estudando várias propostas para se chegar a novos critérios de avaliação. Entre as fontes que estão utilizando, está um documento redigido pelo extinto Departamento de Assistência ao Escolar, que traça parâmetros para a avaliação psicológica (que foi redigido com base na Resolução nº 247, do Governo do Estado), e a declaração resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994. Eles pretendem atualizar o documento do DAE adequando-o às deliberações da Conferência Mundial de Salamanca, que traz os conceitos mais modernos de educação especial já produzidos e endossados pela Organização das Nações Unidas.



CAMPANHA SALARIAL

Senado aprova projeto de salário mínimo profissional

O projeto de salário mínimo profissional do psicólogo, com jornada de 30 horas semanais, já foi aprovado pelo plenário do Senado. Deverá agora voltar à Câmara dos Deputados para nova apreciação. A informação é do vice-presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, Luiz Carlos de Araújo Lima.

Segundo o sindicalista, o projeto deverá retornar à Câmara dos Deputados porque o texto aprovado pelo Senado foi um substitutivo do senador Antônio Carlos Valadares. "O substitutivo, no entanto, não altera nossa proposta de fixação de um

salário mínimo profissional, apenas retira a vinculação com o salário mínimo nacional", explicou Lima. Segundo ele, tal medida foi adotada pelo senador Valadares porque é inconstitucional que o salário de qualquer categoria profissional seja expresso em salários mínimos. Lima explicou também que, desde que o projeto foi apresentado, já foram feitas atualizações em seu valor. Seu valor atual é R\$ 1.338,00 e, embora não esteja em vigor oficialmente, o Sindicato já vem tentando negociar com base no projeto que se encontra em Brasília.

ATENÇÃO!

MUDANÇA DE ENDEREÇO

Depois da compra de um novo imóvel pelo Conselho Regional de Psicologia, a Subsede de Santos já está funcionando em seu novo endereço, à rua Martim Francisco, 225, bairro Encruzilhada. O telefone continua o mesmo: (013) 235-2324. Também a Subsede de Ribeirão Preto estará em breve em seu novo imóvel, situado à rua Thomás Nogueira Gaia, 168, bairro Jardim América. Caso haja mudança no telefone, o Jornal do CRP anunciará o novo número na próxima edição.

LIVROS

O Século dos Manicômios
Isaias Pessotti
Editora 34

Já está nas livrarias o novo livro de Isaias Pessotti, "O Século dos Manicômios". Neste volume o autor dá seguimento ao estudo do conceito e das formas de tratamento da loucura, iniciado em seu ensaio anterior, "A Loucura e as Épocas". Segundo o autor, o século XIX bem merece o título de "século dos manicômios". Em nenhum outro século o número de hospitais destinados a alienados foi tão grande, a terapêutica da loucura foi tão vinculada à intervenção e o número de internações atingiu proporções tão grandes das populações. Mais, ainda, em nenhum outro século a variedade de diagnósticos de loucura, para justificar a internação, foi tão ampla. Como decorrência, a atenção dada à loucura e ao manicômio, nos ambientes culturais e médicos, jamais foi tão grande e tão difusa. O manicômio foi o núcleo gerador da psiquiatria como especialidade médica.

Outra Beleza - Estudo da beleza para a psicanálise
Cláudio Bastidas
Editora Escuta

A psicanálise, desde Freud, nunca deixou de lado o interesse pela estética, no sentido que o termo pode adquirir como "estudo da arte". Existem, porém, poucos textos psicanalíticos dedicados ao belo.

"Outra Beleza - Estudo da beleza para a psicanálise" investiga as relações entre a psicanálise e a beleza, agrupadas nas temáticas do corpo, da morte, do outro e da arte.

É um estudo crítico que aponta limites e levanta questões sobre os modos como a psicanálise vê a beleza. O livro "Sol e Aço", de Yukio Mishima, funciona, ao mesmo tempo, como fio condutor balizador e experiência que fundamenta essa crítica.

Com muita frequência a psicanálise questionou a arte. Aqui, uma interpretação de uma obra de arte literária é que questiona a psicanálise.

ANUIDADE

Assembléia mantém valor de anuidade

Em assembléia realizada no dia 25 de outubro, na sede do Conselho Regional de Psicologia, os profissionais da sexta região decidiram manter a anuidade do próximo ano em R\$ 100,00. Segundo informações do conselheiro José Roberto Tozoni Reis, os presentes à assembléia consideraram que este valor permitirá que o Conselho arrecade o montante suficiente para desenvolver suas ações no exercício de 1997.

Os profissionais decidiram também que os psicólogos que efetuarem seu pagamento até as datas abaixo discriminadas, receberão descontos, ficando o valor das anuidades da seguinte maneira:

- Para quem pagar até o dia 31/01/97 - R\$ 90,00
- Para quem pagar até o dia 28/02/97 - R\$ 95,00
- Para quem pagar até o dia 31/03/97 - R\$ 100,00

Os pagamentos que não forem efetuados até o dia 31/03 sofrerão multa de 1% ao mês com juros de mora. Também será permitido o pagamento da anuidade em até três parcelas, que deverão ser efetuadas nos meses de janeiro, fevereiro e março. O psicólogo que não receber o carnê de pagamento até o dia 20/01/97, deverá entrar em contato com o CRP para que lhe seja enviado novo boleto.

NOTAS

Erramos

Em sua última edição, o *Jornal do CRP* publicou, na página 7, matéria sobre a 10ª Conferência Nacional de Saúde. No texto, o jornal afirma que durante a Conferência "Foi discutida ainda a Norma Operacional Básica (NOB) que deverá regulamentar a gestão financeira do SUS e que determina que os recursos sejam pagos por procedimentos e não mais pelo número de habitantes em cada município, como era feito no tempo do extinto Inamps". A informação correta é a seguinte: A NOB determina que os recursos sejam pagos de acordo com uma série de novos procedimentos nos quais está incluído o critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. O critério de procedimentos, ou seja, que levava em consideração apenas o número de guias preenchidas em cada município, é que é do tempo do extinto Inamps.

Na mesma matéria, referindo-se à composição dos Conselhos de Saúde houve outra incorreção. O texto fala que a distribuição de vagas para os Conselhos deve ser igual a 50% de cadeiras para o poder público e 50% para os representantes de trabalhadores e usuários. A informação correta é a seguinte: os Conselhos de Saúde, em seus três níveis (federal, estadual e municipal) devem ser compostos em 50% por usuários, 25% por trabalhadores da saúde e 25% por prestadores de serviço e gestores da saúde (órgãos públicos).

Falecimento

É com pesar que o CRP comunica a todos os psicólogos da Sexta Região do falecimento do ex-conselheiro Walter Apolinário Filho, no último mês de novembro. Pertencente à Gestão Movimento, que esteve à frente do CRP de 1989 a 1992, Walter sempre foi um companheiro dedicado às causas dos psicólogos e em muito contribuiu para a organização da categoria.

Informes publicitários

INSTITUTO PICHON-RIVIÈRE
Curso de Especialização na psicologia social de Pichon-Rivière, com vistas à coordenação de grupos.
Inscrições abertas até 20 de dezembro/96
Início em fevereiro/97
Maiores informações:
telefax: (011) 866-1277 - das 16 às 20h, com Bete
Inscrições: Rua Prof. Vahia de Abreu, 175
Vila Olímpia - CEP 04549-000

INEF
Instituto de Estudos e Orientação da Família
Está com inscrições abertas para a 15ª Turma do Curso de Formação de Psicoterapeutas (de orientação psicanalítica) e para a 1ª Turma do Curso sobre Família, ambos a terem início em março/97. Informações: Rua Traipu, 66 - Perdizes, São Paulo. Fones: 67-8688 ou 826-4030.

O INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE promove o Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica da Criança. A duração do mesmo é de 4 anos, carga horária de 6 a 8 horas semanais, no período da manhã. Informações na secretaria do Instituto, à rua Ministro Godoy, 1.484, fone 262-8024.

INSTITUTO DE PSICODRAMA "J.L. MORENO S.P."
Diretor: Dr. Dalmiro Bustos
Equipe: Pedro Mascarenhas (coord.), Anna M. Knobel, Rosa Culier, Vera Rolim
Curso de formação em psicodrama (4 anos)
Curso de introdução ao psicodrama (1 ano, 30 horas)
Fone/fax (011) 873-4214
Cx. Postal 11.127 - CEP 05422-970

AVALIAÇÃO

1997, momento de investir nas políticas públicas

Após realizarem encontro de avaliação do primeiro ano da gestão *Psicologia em Ação*, os conselheiros do CRP-06 decidiram que em 1997 o Conselho deverá dar prioridade ao trabalho em defesa das políticas públicas nas várias áreas: educação, saúde, justiça, criança e adolescente etc. Segundo o conselheiro-presidente, Sidnei Corocine, "existem muitos temas candentes e que têm deixado os psicólogos perplexos, como o tratamento que vem sendo dado pelas autoridades às questões da avaliação psicológica e à saúde pública, para citar apenas alguns exemplos. Precisamos continuar pensando nossa prática nesses setores, avaliar os rumos e traçar as ações que podemos implementar para garantir um exercício digno da psicologia, em defesa do cidadão". Uma das preocupações do Conselho é que os prefeitos eleitos em vários municípios de São Paulo optem por dar continuidade à política neoliberal de desmonte dos serviços, muitos deles frutos de anos de trabalho de profissionais de várias áreas e que culminaram em pro-

jetos importantes para a população. "Há muitos projetos que estão sendo jogados fora, como o SUS, e muitos trabalhos na área de educação que tinham o cuidado de preservar as comunidades. Esses trabalhos precisam ser mantidos", disse Corocine.

Trata-se de temas que já vêm sendo debatidos pelos psicólogos e para os quais já existem propostas. Além da realização dos Congressos Regional e Nacional da Psicologia, em que esses temas foram avaliados e levantados os principais problemas, o Conselho já deu início a uma série de ações direcionadas para cada um dos setores em discussão. É o caso da avaliação psicológica, um dos temas em que mais frequentemente o psicólogo aponta graves problemas, principalmente pelo fato de que perpassa todos os campos de atuação profissional. Por isso a avaliação psicológica vem sendo discutida nos vários setores em eventos específicos.

Um bom exemplo é o Projeto Educação e Saúde, que surgiu como fruto do evento de Educação Especial, reali-

zado no final do ano passado. Da mesma forma, o Conselho realizou recentemente, em conjunto com o Conselho de Serviço Social e a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos Judiciários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, evento sobre a ação de psicólogos e assistentes sociais na Justiça, em que a avaliação psicológica também foi discutida (veja matéria à página 7). "Acreditamos que, além do Projeto Educação e Saúde, que congrega profissionais e representantes de várias instituições que vêm se reunindo periodicamente no Conselho, estudando propostas para a educação, esse evento de Psicologia Judiciária também deve servir como um 'disparador' de ações que deveremos começar a implementar em 1997", disse Corocine.

"Queremos também socializar as informações que chegam ao CRP", acrescentou o conselheiro. Para isso, o Conselho pretende ampliar a participação de psicólogos convidados e fazer ampla utilização de recursos de mídia, vídeos, divulgação em jornais sobre os temas mais urgentes da psi-

cológia. "Estamos começando a gravar todos os eventos que realizamos para formar uma videoteca e dar acesso à categoria a todas essas informações", disse Corocine.

Finalizando, Corocine explicou que, tão logo inicie o ano de 1997, o CRP pretende começar os preparativos para o III Congresso Regional da Psicologia, que deverá acontecer em 1998. "Vamos começar com as discussões setoriais em que o exercício profissional, a exemplo do que já ocorreu no último congresso, deverá ser o eixo de discussão prioritário." Nesse sentido, outro tema que continuará na ordem do dia são as chamadas práticas alternativas, para o qual já existe calendário previsto em que deverá ser realizado pelo menos um evento por mês, a partir de março. "Queremos fazer fóruns mensais sobre esses temas, chamando a categoria para a discussão. Pretendemos discutir todos esses temas à luz dos novos conceitos de ética que estão surgindo, como a bioética, incorporando-os à prática psicológica", disse o presidente do CRP.

CARTA ABERTA

1º de Dezembro: Dia mundial de luta contra a AIDS

É preciso encarar essa epidemia

O Conselho Regional de Psicologia e o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo vêm a público manifestar-se pelo Dia Mundial de Luta Contra a Aids (1º de dezembro). O número de casos notificados com Aids no Brasil é alarmante. O índice de contaminação pelo HIV continua crescendo. Os investimentos em prevenção e tratamento são insuficientes e refletem o desmonte instaurado na Saúde Pública. Refletem mais: que as políticas governamentais de saúde, ao buscarem a privatização em prol da pretensa melhoria de qualidade, fazem com que a saúde coletiva estabelecida na Constituição, por meio do SUS, esteja agonizante. Não se trata apenas da disponibilidade de verbas. Trata-se de disponibilidade política.

A política atual nega a gravidade desta epidemia. Mais do que uma questão orgânica, a Aids se torna um agravo psicossocial que atinge toda a população.

Faltam profissionais, remédios, equipamentos adequados, material para exame. Até hoje não temos possibilidade de avaliar a carga viral dos pacientes, condição fundamental para a utilização correta do chamado "coquetel" que garante melhor qualidade de vida aos portadores do HIV.

Na saúde mental o quadro não é menos grave: de um lado, pacientes e familiares necessitam de atendimento psicológico e, de outro, a mesma política de desatenção vem reduzindo irresponsavelmente os números de profissionais e equipes nessa área.

Fato também alarmante ocorre com a prevenção: enquanto pesquisas do mundo inteiro reafirmam que só informação não muda comportamento, a dimensão psicossocial continua sendo renegada no Brasil.

Os aspectos psicológicos da resistência à prevenção são desconsiderados. A orientação sexual nas escolas é feita precariamente, com trabalhos centrados na informação e poucas ações de preparo psicológico para efetivar a prevenção. Nossos jovens continuam expostos a doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada.

Enquanto profissionais de saúde são presos por estarem trocando seringas como forma de prevenção, os índices de transmissão do HIV por

uso de drogas injetáveis cresce assustadoramente.

O ensino universitário em geral omite-se destas questões e compromete a qualificação da prestação de serviço dos profissionais.

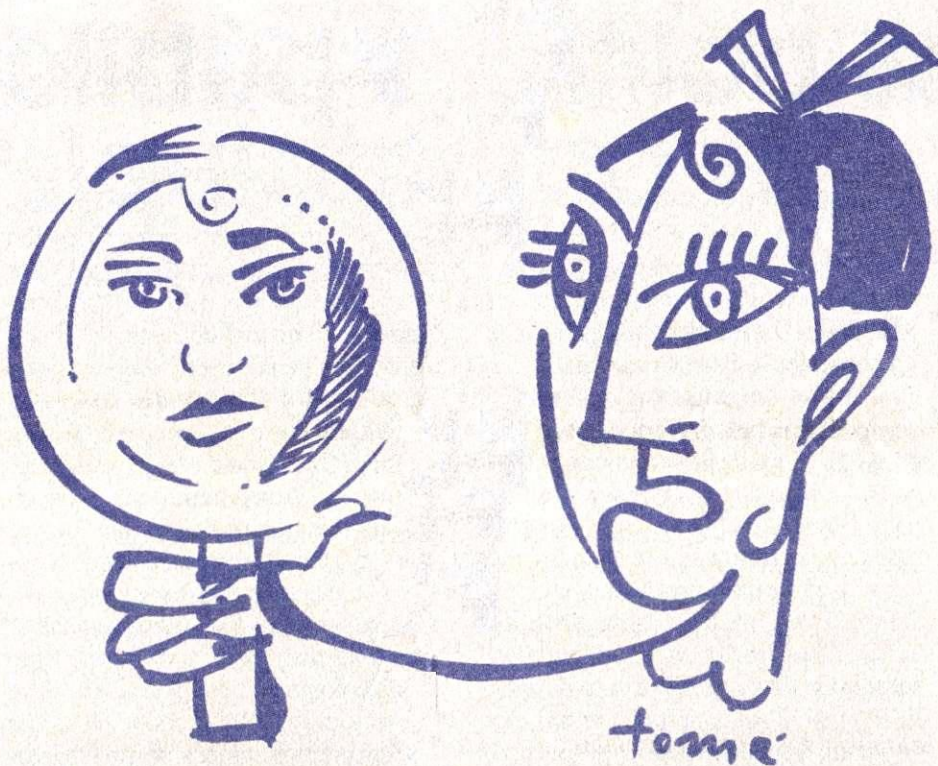
O sofrimento provocado pelo HIV/Aids constitui, indiscutivelmente, um abalo psicológico individual e coletivo. A prevenção, o apoio e o tratamento de saúde integral, que inclui a saúde mental, são direitos do cidadão. Políticas responsáveis exigem ações planejadas, sistemáticas e com continuidade de médio e longo prazo.

Nós nos manifestamos em nome da dignidade necessária, pois através de trabalho psicossocial é possível desmistificar preconceitos, enfrentar e transformar os rumos da epidemia.

A psicologia e os (des)caminhos da estética

Desde que o mundo é mundo o homem vive às voltas com as questões relacionadas à beleza. A filosofia, a psicanálise, a história da arte e várias outras áreas do conhecimento sempre se ocuparam em tentar decifrar a natureza do fenômeno artístico e compreender a experiência estética. E, se nunca se chegou a uma definição precisa do belo, foi porque trata-se de “algo” que não admite precisão ou certezas antecipadas. Mas hoje, quem diria, depois de séculos de acalorados debates sobre o tema, estamos a um passo de entrar no ano 2000 reduzindo sua complexidade à mera admiração da beleza plástica perfeita e asséptica. E de criar um mundo de formas retas, movimentos precisos e ideais supérfluos. Um mundo que tem sua mais evidente expressão no físico esculpido à custa de muito suor nas academias de ginástica e cultuado como o padrão de beleza ideal. “O que prevalece é a estética normalizadora, num mundo que prima pela aparência”, resume João Augusto Frayse-Pereira, professor de história da arte no Instituto de Psicologia da USP.

A afirmação não é fortuita e certamente merece reflexão. Principalmente porque nem sempre as coisas foram assim. Surgida como disciplina autônoma dentro da filosofia no século XVIII, a estética inicialmente ocupava-se em discutir as experiências do homem e seus ideais de transformação do mundo. Quem nunca ouviu falar, por exemplo, dos engajados artistas do século XIX e suas manifestações românticas, cujos matizes traduziam os anseios por uma sociedade de iguais, o desejo de fusão com o cosmos? Com o advento da indústria cultural, no entanto, esse homem, que inicialmente queria uma sociedade de iguais, descobriu uma nova possibilidade: trans-



A PARTIR DE CONCEITOS FECHADOS E NORMATIVOS, A PLASTICIDADE MODERNA FAZ MEDIAÇÃO DAS RELAÇÕES PELA PROPRIEDADE E, EM DIMENSÕES JAMAIS VISTAS, TRANSFORMA O SER HUMANO EM MERCADORIA

formar a estética em campo de conhecimento específico, destinado não apenas a acolher (há quem prefira dizer, capturar) as manifestações, mas também a justificar e determinar os caminhos percorridos pelas sociedades. Hoje o belo ficou igualado ao que é “bonito” e a estética tornou-se precisa na maneira pela qual deve determinar as relações humanas, conforme explica José Leon Crochik, professor do Instituto de Psicologia da Usp: “O belo, hoje em dia, segue a idéia da perfeição, da ausência de ruído. Tudo tem que estar exatamente no seu lugar.”

Esse processo foi tão levado a sério pelas sociedades contemporâneas que não seria exagero afirmar que hoje, para considerável parcela da população, a beleza e o culto ao físico estão em primeiríssimo lugar. Contudo, de nada adianta cultivar o físico se não se alcançar um resultado perfeito, ou seja, o ideal de beleza que tornou-se quase universal. E, nos casos em que o indivíduo não consegue corresponder a esse modelo ele passa a não se reconhecer. É o que conta a psicóloga Tatiana Patti, que trabalha num spa nas imediações

de São Paulo: “Ocorre uma perda de contato da pessoa com seu corpo. Muitos chegam ao spa dizendo que aquele não é o seu corpo e buscamos realizar um trabalho de se reconstruir essa relação”.

Mesmo que o padrão corporal possa servir como uma síntese do que a modernidade transformou em estética, no entanto, outras áreas, como a arquitetura, a escrita, a decoração e o design, enfim, a própria arte - podemos dizer - apresentam-se com o mesmo conteúdo latente: alimentar uma sociedade de relações especulares e narcísicas em que o homem, impedido de viver experiências, passa a confundir o conceito de ideal com o de virtual e as vivências esgotam-se no ato de olhar. Ver e ser visto. É assim, por exemplo, que a arquitetura moderna, não aleatoriamente chamada de arquitetura do espetáculo, usa e abusa de materiais transparentes, como o vidro tão em voga, criando uma quase fusão entre ambientes internos e externos. Na explicação de Frayse-Pereira, qualquer idéia de gratuidade nessa escolha deve ser afastada. “Se formos pensar em como o vidro se introduz na arquitetura, te-

remos que voltar ao século XVIII e encontrar o panóptico”. Ou seja, aquele tipo de tecnologia desenvolvido por Jeremy Bentham, para aprimorar a vigilância nas prisões da época, e que consistia na colocação de uma torre no meio do pátio, de tal maneira que o detento jamais saberia se estava, ou não, sendo olhado. Mas, em “compensação”, vivenciava o tempo todo a sensação de vigilância.

Essa vigilância, hoje, está na visibilidade que constrange. E sua representação por excelência é o novo conceito de beleza, que, pelas mãos da indústria cultural, transformou-se no paradigma de nosso tempo. Ou seja, o belo, que em outros tempos dizia respeito às vivências e experiências do ser humano, hoje é pré-estabelecido através de mecanismos que, segundo Crochik são tão sutis quanto perversos e que não deixam ao ser humano outra opção a não ser fortalecer um determinado modelo, escamoteando, por esse artifício, a fragilidade das relações. “Há uma adesão direta àquilo que é definido como belo. Isso, ao meu ver, denuncia a quase impossibilidade atual de se viver experiências, já que professa um ideal sustentado por uma força coletiva que impede a vivência de relações particulares.”, diz, apontando o horizonte perdido. Afinal, é através de relações particulares que podemos estabelecer o que é universal em nossas experiências. Mas a estética, hoje, se coloca de maneira contrária a essa lógica. E a aparência torna-se a essência. “Isso se presta à discriminação a todo momento. É o preconceito elevado à última potência”, como diz Crochik.

Por mais pessimista que possa parecer, o que diz o psicólogo tem exemplos históricos. O melhor deles foi exibido recentemente nos cinemas de todo o país no filme “Arquitetura da Destruição” do diretor

COMPORTAMENTO

Peter Cohen. Sem mostrar os ícones conhecidos do nazismo, como campos de concentração ou cenas de matança coletiva, Peter Cohen vai expondo ao espectador que as questões da estética não passaram despercebidas ao ditador alemão que queria dominar o mundo. Ao contrário, assumiram papel preponderante na difusão de um modelo de vida em que tudo o que pudesse exprimir ou remeter à vivências desagradáveis deveria ser banido. "As obras de arte que representavam o espanto, o susto, o horror da vida, do mundo, eram colocadas no lixo", define Crochik. Tudo isso justificado pela estética e pela necessidade de embelezar o mundo.

A essas alturas já não há como passar despercebido que o que está em jogo é a autonomia do indivíduo, objeto por excelência da psicologia. E o que se coloca é como abordar a questão, seja em consultórios particulares ou no atendimento público. Nesse sentido, certamente, esse é um compromisso que faz parte do grande desafio da psicologia deste final de século: reconstruir, mais que a relação imediata do indivíduo con-

sigo mesmo e com seu corpo, sua subjetividade perdida.

Isso não quer dizer que as questões da estética anteriormente não passassem pela psicologia, mas que os pontos de contato entre uma e outra foram se modificando através dos tempos, assumindo contornos nem sempre tão precisos quanto os da forma que se exige dos seres humanos. Esta é uma das teses defendidas por Frayse-Pereira, para quem, as questões abordadas pela estética, mesmo antes do surgimento da psicologia, já eram "psicologistas". "Mesmo antes da psicologia surgir como disciplina independente da filosofia as questões da estética eram psicológicas. E o mais curioso é que se considerarmos as primeiras preocupações da psicologia, mesmo a experimental, elas eram também de ordem estética, pois questões como percepção, sensibilidade ou forma, sempre estiveram ligadas à velha questão da beleza," defende o especialista em história da arte. É com base nesse raciocínio, e na trajetória que a estética percorreu ao longo dos sé-

culos que Frayse-Pereira pondera que "embora para a psicologia como um todo esse campo de estudo da estética seja velho, para nós psicólogos que vivemos nessa época, ele é novo".

Para a psiquiatra e psicoterapeuta analítica, Belquiz Schifnagel Avrichir, trata-se de questão delicada porque, "enquanto a pessoa consegue se manter dentro dos padrões estabelecidos e cuidando muito do seu corpo, não aparece tanto a sintomatologia mental. A pessoa que está muito envolvida com o culto ao corpo não tem muito contato com a dor mental e não procura ajuda".

Talvez seja por isso mesmo que a psicologia precise estar alerta. Porque mesmo que os artifícios da cultura contemporânea consigam tamponar por algum tempo esse sofrimento, ele não deixa de existir e acaba deslocado para outras áreas. Nesse sentido, conforme Leon Crochik, é função precípua da psicologia apontar para o sofrimento individual. "Ao meu ver esse é um indivíduo que sofre e que, por sofrer torna-se violento e abre as por-

tas para a segregação, voltando sua agressividade contra a civilização."

Se, contudo, argumentos racionais e irrefutáveis muitas vezes não são considerados decisivos no momento em que a humanidade escolhe seus caminhos, é preciso compreender que isso faz parte da lógica que nos permite construir tantos descaminhos. E mais, é preciso compreender que a estética faz parte de um sistema que trata as questões do indivíduo e sua subjetividade como se não apresentassem nuances e matizes, artifício dos mais eficazes entre os utilizados pela indústria cultural. Para isso, no entanto, parte do senso comum e cria contra-sensos que ganham o status de teoria científica.

Mas compreender não significa, necessariamente, consentir. Significa entrar em contato com os limites. Não para aceitá-los, mas para superá-los. Caso contrário, restaria à psicologia continuar trabalhando com uma caricatura de indivíduo. E até onde se tem notícia, sua função por excelência deve ser tentar recuperar os valores mais essenciais do ser humano. Mesmo que esta seja um tarefa considerada, por muitos, ultrapassada e inócua.

ACONTECEU

RIBEIRÃO PRETO

No dia 12.12.96 às 20h00 houve uma Explanção sobre assuntos de interesse da categoria, tais como: Convênios, salários, honorários. O evento contou com a participação de todos os Psicólogos da região.

TATUBATÉ

Já foram apresentados os resultados do II Congresso Nacional da Psicologia face aos problemas do exercício profissional. Participaram 18 psicólogos, que discutiram as diretrizes de ação para a região.

CAMPINAS

• 05.11.96 - Mesa Redonda "Práticas Alternativas", apoiando-se nas discussões sobre o tema realizadas até hoje e nas resoluções do I e II Congresso Nacional de Psicologia. O evento contou com a participação de 25 Estudantes de psicologia.

• 18.11.96 - Palestra abordando as questões sobre Ética e CRP - dirigido a estudantes de psicologia.

• 28.11.96 e 29.11.96 - Foi realizado um encontro sobre Gestão Semi-plena, experiências e impactos na região. Participaram 160 psicólogos da região de Campinas.

BAURU

• 25.10.96 - Aconteceu o I Encontro sobre Drogadição em Crianças e Adolescentes - Perspectivas e rumos. Participaram 360 profissionais entre membros de instituições educacionais e de atendimento a criança e adolescente, representantes de Conselhos Municipais, Conselheiros tutelares, educadores, estudantes e público em geral.

• 7.11.96

Reunião com profissionais da Prefeitura Municipal de Bauru. Discutiu-se carga horária e piso salarial.

• 28.11.96

Encontro de Assistentes Sociais e Psicólogos Judiciários. Na ocasião os profissionais do setor discutiram seus principais problemas e suas possíveis soluções.

• 28.22.96

Curso sobre Violência Doméstica da USP. O evento contou com a participação de profissionais de diversas áreas: psicólogos, assistentes sociais, professores, pedagogos e advogados.

Assis

De 25.09.96 a 05.12.96 o Ciclo de debates "Assistencia em Saúde Mental Pública: Contexto e Desafios".

O evento foi direcionado a profissionais que atuam em saúde mental na rede pública de Assis e Região, assim como aos alunos do Curso de Psicologia da UNESP, estagiários das instituições públicas de saúde.

Santo André

Nos dias 13.11.96 e 11.12.96, a Formação do Fórum de Entidades para discussão da saúde na Região do Grande ABCDMR. As reuniões contaram com a participação de profissionais das seguintes entidades: CRP, CRM, APM, Sind. Odontologista da Região do ABC, CRO, CRESS, A.P. Cirurgiões Dentistas e outras entidades promotoras.

Sedes Sapientiae

O Instituto Sedes Sapientiae está com inscrições abertas desde 11 de novembro para os seguintes cursos de especialização e aperfeiçoamento/1997:

- Atendimento familiar: orientação e psicoterapia breve
- Cinesilogia psicológica - integração fisio-psíquica
- Clínica psicanalítica: conflito e sintoma
- Clínica psicanalítica do envelhecimento
- Formação de profissionais em psicoterapia e profilaxia da violência doméstica
- Formação em psicanálise
- Formação em psicopedagogia: atendimento clínico e institucional
- Formação Reichiana
- Gerontologia social: técnicas de trabalho com grupos de terceira idade
- Gestalt Terapia
- Orientação Vocacional
- Perspectivas Psicopatológicas - Psicologia Arquetípica
- Psicanálise
- Psicologia Hospitalar
- Psicologia social das organizações
- Psicose: Concepções Teóricas e Estratégias Institucionais
- Psicossomática
- Psicoterapia de Orientação Junguiana Coligada às Técnicas Corporais
- Psicoterapia Psicanalítica da Criança
- Psicoterapia Psicodinâmica da Pré-Adolescência e Adolescência
- Psicoterapia Psicodinâmica de Adultos

Mais informações poderão ser obtidas na Secretaria do Instituto, à Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes, telefone: 262-8024, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 21h00, ou ainda pelo E-mail: Sedes@ax.apc.org

Os eventos citados nesta coluna terão continuidade. Os psicólogos interessados em participar devem procurar as respectivas subsedes

RECADASTRAMENTO

Dissonâncias do mercado deixam psicólogo sem perspectivas

A hipótese de que o psicólogo é um profissional mal remunerado não é recente, mas sempre foi sustentada pela constatação prática do cotidiano do profissional em que sempre sobra mês ao final do salário. Pois essa hipótese foi confirmada com a realização do Recadastramento dos Psicólogos da Sexta Região, realizado recentemente pelo CRP e Fundação Seade. O trabalho, no entanto, confirmou também que se de um lado o psicólogo é mal remunerado, de outro cumpre uma pequena jornada de trabalho semanal. Até aí, a relação entre trabalho e salário ficaria equilibrada. Só que, analisando melhor os dados, o que se concluiu foi que, mesmo acrescentando horas em sua jornada de trabalho, as possibilidades de o profissional aumentar seus ganhos são proporcionalmente pequenas.

As informações são do conselheiro do CRP-06, José Roberto Tozoni Reis, que fez uma análise dos números encontrados quanto às faixas de rendimento dos psicólogos em comparação à jornada semanal de trabalho. Isolando-se os dados que dizem respeito à faixa de rendimento e os que demonstram a situação da jornada semanal de trabalho dos profissionais, o que se verificou foi que nada menos que 57,07% dos profissionais (ou 15.166 psicólogos), do total de 26.573 que responderam ao recadastramento, ganham até 10 salários mínimos por mês, independentemente da carga horária que destinam ao trabalho. Por sua vez, 15.182 profissionais (ou 57,14%) responderam que

trabalham até 20 horas semanais, independentemente de seu rendimento mensal. Segundo Tozoni, são informações que confirmam a hipótese levantada pelos coordenadores do recadastramento, segundo a qual o psicólogo na média ganha pouco mas em compensação cumpre pequena jornada de trabalho.

Mas é justamente aí que a virtual situação de equilíbrio começa a cair por terra, já que se aprofundando a análise o que se vai concluir é que mesmo entre aqueles que declararam trabalhar até 40 horas semanais, ou mais, o maior número de psicólogos encontra-se nas faixas de rendimento mais baixas. Para que se possa entender melhor, veja a explicação das tabelas abaixo: enquanto que dos 8.277 profissionais que trabalham até 10 horas por semana 3.647 (ou 44,06%) recebem até cinco salários mínimos por mês, entre os 6.905 profissionais que trabalham até 20 horas semanais um número equivalente a 2.113 (ou 30,60%) também está na mesma faixa de rendimento.

Mas, ao se analisar a situação dos que trabalham mais de 20 horas por semana, o que se verifica é que, embora haja um aumento considerável em suas jornadas de trabalho, o mesmo não acontece em relação aos rendimentos. Dos 3.278 profissionais que trabalham entre 21 e 30 horas semanais, 1.594 (ou 48,63%) recebem até 10 salários mínimos por mês, sendo que 646 (ou 19,71%) recebem até 5 salários mínimos por mês. E, entre os 6.429 que afirmaram trabalhar entre

31 e 40 horas, um percentual significativo de 39,88% (ou 3.002) ganha até 10 salários mínimos. Destes, 1.122 (ou 17,45%) recebem até 5 salários mínimos. A discrepância fica ainda maior quando considerados os dados encontrados entre os 1.484 profissionais que trabalham mais de 40 horas por semana. Destes, 42,52% (ou 631 psicólogos) também não conseguem auferir nada além de 10 salários mínimos ao final do mês, sendo que entre eles 184 (ou 12,40%) recebem até 5 salários mínimos por mês.

Tais resultados permitem afirmar que, mesmo quando há um aumento da carga horária, os rendimentos não sobem proporcionalmente ao número de horas trabalhadas. Para que se possa entender melhor essa afirmação, note-se que 7.913 psicólogos (ou 29,78% do total de recadastrados) trabalham mais de 30 horas semanais. Para Tozoni, esse dado precisa ser contextualizado. Na opinião do psicólogo, "o perverso sistema econômico a que está submetido o país tem feito suas vítimas entre as mais diversas profissões. A psicologia não tem sido poupada e hoje, para compreender a situação em que se encontra a profissão, já não basta bater na tecla de que as remunerações dos psicólogos deixam muito a desejar. É preciso também considerar que a lógica imposta ao mercado não valoriza o trabalho e subtraiu do profissional, além das garantias trabalhistas, a perspectiva de que se aumentar sua jornada de trabalho conseguirá acrescentar ao seu salário inicial um rendimento proporci-

onal ao número a mais de horas trabalhadas".

Por outro lado, o que se verificou é que, embora a categoria como um todo seja mal remunerada e tenha uma jornada de trabalho relativamente curta, há uma grande discrepância nos níveis salariais. Isso porque, dos 26.573 psicólogos que responderam ao recadastramento, apenas 790 (ou 3% desse total) trabalham até 20 horas semanais, com rendimentos mensais acima de 25 salários mínimos. "A média de remuneração é baixa, mas existe uma parcela da categoria em melhor situação", disse Tozoni.

Em sua análise, o psicólogo acrescentou que, embora se saiba que o mercado de trabalho não está conseguindo absorver toda a mão-de-obra, o que explicaria em parte as disparidades encontradas nos dados estatísticos, é preciso também considerar outros fatores, como a qualidade do ensino e a falta de controle em relação às necessidades que o mercado apresenta. "Sabemos que o mercado não está conseguindo absorver a mão-de-obra. Mas isso não ocorre gratuitamente. Essa situação é fruto da política de ensino, que, além de não garantir a qualidade da formação, permite a proliferação de cursos e o conseqüente crescimento desordenado do número de profissionais. Além disso, a política neoliberal impõe o fechamento de postos de trabalho nos serviços públicos, mas ao mesmo tempo provoca uma grande recessão, que não permite que novas frentes sejam abertas pela iniciativa privada."

Jornada Semanal de Trabalho X Faixas de Rendimento
Estado de São Paulo 1996 (1)

Jornada semanal de trabalho (em horas)	Faixas de Rendimento (em salários mínimos)											Total				
	Até 5		De 6 a 10		De 11 a 15		De 16 a 20		De 21 a 25		25 e mais			Não responderam		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	7.784	29,29	7.382	27,78	5.003	18,83	2.622	9,87	1.637	6,16	1.983	7,46	162	0,61	26.573	100,00
Até 10	3.647	44,06	2.022	24,43	1.169	14,12	608	7,35	358	4,33	410	4,95	63	0,76	8.277	100,00
De 11 a 20	2.113	30,60	2.045	29,62	1.292	18,71	665	9,63	372	5,39	380	5,50	38	0,55	6.905	100,00
De 21 a 30	646	19,71	948	28,92	672	20,50	379	11,56	281	8,57	341	10,40	11	0,34	3.278	100,00
De 31 a 40	1.122	17,45	1.880	29,24	1.478	22,99	788	12,26	479	7,45	649	10,09	33	0,51	6.429	100,00
41 e mais	184	12,40	447	30,12	359	24,19	165	11,12	135	9,10	186	12,53	8	0,54	1.484	100,00
Não responderam	72	36,00	401	20,00	33	16,50	17	8,50	12	6,00	17	8,50	9	4,50	200	100,00

Fonte: C.R.P. - 06; Recadastramento Profissional dos Psicólogos.

(1) O Recadastramento foi realizado no período de 03/06/94 a 31/05/95.

Desarme-se que a vida continua

JAIRO FONSECA*

Arma de fogo mata. Mata fácil. Mata à distância. Sem sujar as mãos. Por isso de cada cem pessoas assassinadas em São Paulo, oitenta e cinco o são com arma de fogo.

Tão simples é matar assim que a arma, de mero instrumento do crime, passou a ser também causa. Armados, muitos tornam-se prepotentes, provocam situações para provar que detêm o poder de tirar vidas. Matam que daqui a cem ou duzentos anos, quando nossos descendentes estudarem a história de hoje, quedar-se-ão incrédulos ante a constatação de que, em tempos de Internet e de transplantes de órgãos, anda-se com um trinta e oito na cintura.

O homem armado é espécime anacrônico no atual estágio de evolução. Um ser bizarro se não fosse mortífero.

Como ninguém afirma que possui arma para agredir, presume-se que são adquiridas para defesa, em face da reconhecida insuficiência da segurança pública oferecida pelo Estado. Entretanto, levantamento realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, junto às varas criminais e noticiário de imprensa, constatou algo chocante: de cada dezesseis pessoas que tentam sacar uma arma para defender-se de um assaltante, uma apenas logra sucesso. Quinze são mortas ou feridas com gravidade.

Mais não é preciso para provar a absoluta ineficácia da arma de fogo para a defesa pessoal. Se a polícia não garante, o porte de arma, além de não garantir, incita à reação, levando à morte quase certa.

Não há pois argumento razoável, técnico, inteligente, que supor-

te a pretensão de andar armado. O bandido já chega com o dedo no gatilho e disposto a disparar. O cidadão não tem chance.

Arma em casa não garante melhor sorte. O bandido não se anuncia como tal, nem aperta nossa campainha. Só depois que adentrou nossa porta, arma engatilhada, é que o descobrimos. Não podemos pedir um tempo para buscar nossa arma na gaveta do a porta ou a tem em casa. É preciso anotar que só as quadrilhas de traficantes, o crime organizado, contrabandeam armas e as usam contra concorrentes, também "foras da lei", igualmente delinquentes.

A maioria dos homicídios não são cometidos com armas sofisticadas nem importadas. Mas com o conhecidíssimo revólver trinta e oito, fabricado no Brasil e vendido a pessoas honestas, e que termina nas mãos dos infratores.

Some-se a tudo isso a amarga constatação de que cerca de trinta por cento dos homicídios são cometidos por motivos irrelevantes. Desde desentendimentos banais em bares, de que depois se arrependem em vão.

É por tudo isso que a OAB/SP decidiu pelo desencadeamento de uma campanha pelo desarmamento geral da população, incluindo os agentes de segurança e policiais quando não em serviço. É preciso secar a fonte abastecedora de armas à criminalidade. Essa campanha consiste em um pacote de medidas incluindo dois projetos de lei. O primeiro para transformar em crime o porte ilegal de armas, que hoje é mera contravenção penal. O outro para regulamentar o art. 245 da Constituição Federal, que prevê assistência por parte do Estado a vítimas sobre-

viventes de crimes dolosos ou a seus dependentes quando necessitados.

Inclui, ainda, sugestões administrativas na área de segurança pública, para execução de operações "pente fino" para detectar e recolher armas importadas ilegalmente. Além disso, regulamenta a venda de armas, cujas lojas deverão dispor de instalações adequadas e exclusivas para tal comércio. de da arma para defesa pessoal e o perigo de envolver-se em crimes fúteis, quando se está armado. Uma campanha que desqualifique o cidadão armado, deixando-o em situação desconfortável perante os demais.

A OAB/SP aparceriou-se com o Ministério Público e com o Tribunal de Alçada Criminal também de São Paulo e solicitaram à Escola Superior de Propaganda e Marketing a produção de referida campanha, que recebeu o título de "Desarme-se que a vida continua". Inclui dezenas de milhares de cartazes para distribuição em fábricas, escolas e locais públicos, além de propaganda para rádio e televisão.

O primeiro resultado positivo da campanha foi o despertar dos poderes Executivo e Legislativo. O senhor presidente da República encaminhou à Câmara dos Deputados, em regime de urgência, o projeto de lei criminalizando o porte de arma, o que ocasionou a aprovação de substitutivo que unificou vinte e oito outros projetos sobre o tema parados no Legislativo desde 1978. Esse substitutivo, já aprovado na Câmara, cria também o "Sistema Nacional de Armas", que integra cadastros de proprietários de armamento, além de identificar características de armas de fogo

produzidas, importadas e vendidas no país.

O direito a porte de arma fica sobremaneira dificultado. Além de prever detenção de um a dois anos, e ainda multa para o porte ilegal, até mesmo arma de brinquedo para o fim de cometer crime, estabelece ainda a necessidade de se aferir a capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, para aqueles que pretenobrem classe dos psicólogos não é entusiasta do armamentismo social. Fácil é imaginar o desconforto ético do Egrégio Conselho Regional de Psicologia administrando tão delicada situação.

Por derradeiro, é necessário registrar que a campanha do desarmamento, na sua parte de veiculação pela mídia, não tem a pretensão de comover os delinquentes e fazê-los entregar suas armas. Seria ingenuidade. Aqueles, os delinquentes, hão de ser desarmados por um gesto de força do poder público, vez que possuem armas como "instrumento de trabalho" e não se inibem nem ante as penas severas previstas no Código Penal para os crimes hediondos. A campanha de mídia quer é que o homem de bem desarme-se para estancar a fonte abastecedora dos criminosos. Ademais, permitirá separar o joio do trigo. Saber-se-á que quem estiver armado estará criando situação de perigo para si ou para outrem.

Insta, pois, banir do convívio social instrumento tão letal quanto a arma de fogo. Exige-o a paz social. Em homenagem à vida, que se destrua o instrumento da morte!

***Jairo Fonseca** é advogado criminalista, conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP.

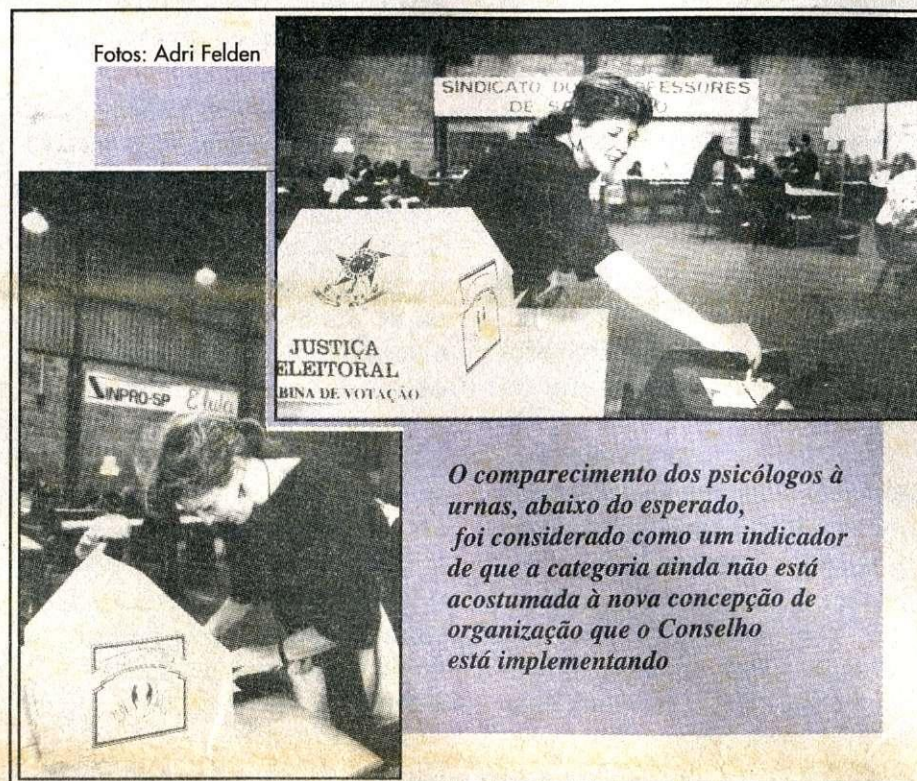
CONSULTA NACIONAL

Categoria escolhe nova gestão do Conselho Federal

Os psicólogos de todo o Brasil elegeram, no dia 28 de novembro, por voto facultativo, a nova gestão do Conselho Federal de Psicologia. A chapa 2 "Um conselho para cuidar da profissão" foi a vencedora. Até o fechamento desta edição o CFP ainda não havia divulgado os resultados oficiais de todo o país. A homologação da eleição foi realizada nos dias 13 e 14 de dezembro, pelo Fórum de Entidades, em Brasília, e a posse estava marcada para o dia 20 de dezembro.

Segundo informações da presidente da Comissão Regional Eleitoral de São Paulo, Fernanda Sans Lou Magano, na Sexta Região, compareceram às urnas um total de 6.578 psicólogos. Em todo o Estado, a chapa 1 "Consolidação Nacional" obteve 2.436 votos e a chapa 2 "Um Conselho para cuidar da profissão" obteve 3.880 votos. Houve 109 votos brancos e 153 votos nulos. Fernanda informou também que os votos por correspondência somaram um total de 4.983 e a votação pessoal foi de 1.108 psicólogos na sede e 487 nas subseções. "Consideramos que a votação foi pouco expressiva, pois tínhamos uma expectativa de que o comparecimento às urnas ficaria em torno de 50% dos psicólogos inscritos", disse Fernanda.

Avaliação semelhante foi feita pelo conselheiro-presidente do CRP-06, Sidnei Corocine, para quem "os psicólogos ainda não entenderam a importância de comparecer às urnas". Ressaltando o fato de a eleição ter sido pela primeira vez, por voto facultati-



Fotos: Adri Felden

vo, Corocine considerou que a categoria ainda não está acostumada à nova concepção de organização que o Conselho vem assumindo. "Acredito que a categoria não aproveitou a oportunidade de poder votar e escolher seus representantes, o que confirma toda a lógica sobre a qual nossa conjuntura política, social, econômica e jurídica está organizada, uma lógica que impossibilita o exercício do pensamento crítico. Impede o exercício pleno da profissão, mas também o da

cidadania", ponderou o psicólogo.

Para ele a forma de organização que o Conselho vem assumindo nos últimos anos tem concepção moderna e inovadora. Comparando essa forma de organização ao ordenamento jurídico e institucional proposto por leis como as do SUS, Loas e ECA, Corocine ressaltou que são leis que defendem uma concepção de homem, de Estado e de comunidade muito diferentes das que vigem atualmente. E ressaltou que são esses os princípios que

o Conselho deve defender. "Por isso estamos tentando nos organizar de forma representativa e não federativa, como era antigamente. No embate da campanha não ficou suficientemente claro que as duas chapas tinham concepções muito diferentes em relação a como deve ser feito o ordenamento jurídico do Conselho Federal. Acredito que, a partir da experiência que vamos viver nos próximos dois anos, os profissionais cheguem às próximas eleições com mais clareza da importância de votar e de compreender bem o programa proposto por cada chapa antes de depositar o voto na urna."

Informe publicitário

DISQ FREUD®

SP - (011) 815-3344 BIP 6R29
RJ - (021) 442-2430

Obras completas, nova edição, garantia Super promoção

Português - 24 vols. - Editora Imago
à vista 350,00 ou 2 x 185,00
ou 3X 130,00 ou 4 X 105,00

Castelhano 25 vols. - Editora Amorrortu
Espanhol 3 vols. - Editora Nueva
Traduções do Alemão - Sob consulta

Atendemos
em todo
o Brasil

**Entrega a
domicílio**

de Segunda a sábado
de 8:00 às 20:00 horas

CGC 72.082.308/0001-34

JORNAL DO
CRP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6ª REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74
Fone: (011) 574-7133
Fax: (011) 575-0857
CEP: 04038-004 - São Paulo - SP

IMPRESSO

